



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E MATRIZ DE RISCOS

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução visando atender a demanda de pavimentação e drenagem de águas pluviais em vias localizadas nos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro, no Município de Bataguassu/MS, conforme Convênio n. 2026TR002059 celebrado com a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL).

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei nº 14.133/2021: Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações;
- Decreto Municipal nº 70/2025: Dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 95/2025: Dispõe sobre as práticas de gestão de risco; e
- Demais legislações pertinentes.

REQUISITANTES: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação tem por finalidade a execução de obra de infraestrutura urbana destinada à pavimentação asfáltica e implantação de sistema de drenagem de águas pluviais em ruas dos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro, no Município de Bataguassu/MS, visando atender demanda existente relacionada à deficiência de trafegabilidade, segurança viária, acessibilidade e escoamento adequado das águas pluviais.

Atualmente, as vias contempladas apresentam trechos sem pavimentação ou com condições inadequadas de circulação, ocasionando transtornos à população, especialmente em períodos chuvosos, quando há formação de lama, erosões, acúmulo



de águas pluviais e dificuldade de acesso de veículos e pedestres. Em períodos de estiagem, verifica-se excesso de poeira, comprometendo as condições de saúde pública, bem-estar da população e qualidade de vida dos moradores das regiões atendidas.

A ausência de sistema eficiente de drenagem pluvial contribui diretamente para o surgimento de alagamentos, processos erosivos e deterioração acelerada das vias públicas, gerando prejuízos à infraestrutura urbana, riscos à segurança da população e aumento dos custos de manutenção corretiva por parte da Administração Pública.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação mostra-se necessária para promover melhorias permanentes na mobilidade urbana, acessibilidade, segurança viária e valorização dos bairros contemplados, assegurando infraestrutura adequada à população e melhores condições de circulação para veículos, pedestres e serviços públicos essenciais, tais como transporte escolar, coleta de resíduos sólidos, atendimento de emergência e demais atividades urbanas.

A solução contempla serviços de terraplenagem, microdrenagem, implantação de galerias pluviais, poços de visita, bocas de lobo, bacia de amortecimento, pavimentação asfáltica em CBUQ, meios-fios, sarjetas, sinalização viária e passeios públicos acessíveis, observando as normas técnicas vigentes e os parâmetros de engenharia aplicáveis ao objeto.

Ressalta-se, ainda, que a execução da obra contará com recursos provenientes do Convênio de Despesa nº 2026TR002059, firmado com a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL, evidenciando a relevância da intervenção e o interesse conjunto entre Estado e Município na promoção de melhorias da infraestrutura urbana local.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público ao proporcionar infraestrutura urbana mais segura, eficiente e durável, contribuindo diretamente para o desenvolvimento urbano do Município, redução de problemas estruturais relacionados ao escoamento de águas pluviais e melhoria das condições de vida da população dos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro.



II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

- I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025
- III) Data de Republicação no PNCP: 21/05/2026
- IV) Id do item no PCA: 293/2026
- IV) Classe/Grupo: Obras

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O projeto básico e memorial descritivo estabelecem as condições técnicas a serem obedecidas na execução das obras e serviços, fixando os parâmetros a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, e são parte integrante destes estudos, bem como dos contratos de obras e serviços.

3.2. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões exigidos nesse instrumento, Termo de Referência e no Projeto Básico.

3.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.4. A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.5. A Contratada deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



3.6. A Contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas.

3.7. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.8. A Contratada deverá:

- a)** Responsabilizar-se com a execução dos serviços contratados, bem como com as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto. A inadimplência da contratada, com referência a esses encargos, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado;
- b)** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Bataguassu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo representante do Município;
- c)** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- d)** Comunicar ao Órgão Gestor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- g)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.



3.9. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares.

3.10. Comunicar aos fiscais de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

3.11. A Contratada deverá paralisar, por determinação do Órgão Gestor, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.12. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

3.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.14. O objeto da contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.15. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às penalidades pertinentes, nos termos da Lei n. 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 057/2026.

Especificação (detalhamento)

3.16. O objeto da presente contratação é a:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.
01	004.003.049	OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA-PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NO RESIDENCIAL NOVO HORIZONTE E JARDIM SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE BATAGUASSU/MS.	OBRA	01



		<p>Contratação de empresa especializada para execução de obra de infraestrutura urbana, compreendendo serviços de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais no Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro, no Município de Bataguassu/MS, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, memória de cálculo, ART, licenciamento ambiental e demais documentos técnicos integrantes do processo.</p> <p>Os serviços contemplam, de forma geral:</p> <p>Serviços preliminares e sinalização de obra;</p> <p>Remoções, demolições e supressões necessárias;</p> <p>Execução de sistema de microdrenagem urbana, incluindo escavações, galerias de águas pluviais, poços de visita, bocas de lobo, caixas de passagem e dispositivos estruturais;</p> <p>Implantação de bacia de amortecimento;</p> <p>Serviços de terraplenagem;</p> <p>Execução de pavimentação asfáltica com aplicação de CBUQ;</p> <p>Execução de meios-fios, sarjetas e demais serviços complementares;</p> <p>Implantação de sinalização viária horizontal e vertical;</p> <p>Execução de passeios públicos com acessibilidade, incluindo piso tátil;</p> <p>Administração local da obra, acompanhamento técnico e controle tecnológico.</p> <p>A obra será executada conforme especificações técnicas constantes nos projetos executivos e documentos elaborados pelo setor de engenharia, observando as normas da ABNT, especificações da AGESUL, SINAPI e demais legislações aplicáveis.</p> <p>O prazo estimado para execução dos serviços será de 360 (trezentos e sessenta) dias, conforme cronograma físico-financeiro integrante do processo licitatório.</p>		
--	--	--	--	--

3.17. Tipo de Serviço

3.17.1. O objeto deste estudo é a pavimentação asfáltica e execução de drenagem de águas pluviais em algumas ruas dos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro, no Município de Bataguassu/MS, utilizando a metodologia de construção



convencional. O projeto tem a natureza de obra de engenharia e se enquadra em obras comuns de engenharia conforme alínea "a" do inciso XXI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

3.17.2. Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução de obras para pavimentação e drenagem de águas pluviais, caracteriza-se a obra como Obra Comum de Engenharia, levando-se em conta que:

- a)** Os serviços a serem realizados possuem um nível reduzido de complexidade técnica;
- b)** Esses serviços são comumente executados pela Administração Pública;
- c)** Os métodos construtivos, os equipamentos e os materiais empregados são amplamente utilizados no setor;
- d)** Os critérios de desempenho e qualidade são avaliados com base em especificações técnicas padrão;
- e)** Há uma variedade de empresas qualificadas e capazes de participar do processo licitatório.

Subcontratação

3.18. Não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto.

Vistoria

3.19. Para garantir que as propostas apresentadas pelos licitantes sejam compatíveis com as reais condições do local de execução dos serviços, é imprescindível a realização de vistoria prévia. A vistoria permitirá que os licitantes compreendam plenamente as especificidades e possíveis desafios inerentes ao projeto, incluindo, mas não se limitando a:

3.19.1. Acesso ao local e logística de transporte de materiais.

3.19.2. Infraestrutura existente que pode impactar a execução dos serviços.

3.19.3. Condições topográficas e ambientais que exigem adaptações específicas.

3.19.4. Necessidade de coordenação com outras obras ou serviços já em andamento no local.

3.20. A exigência da vistoria prévia visa assegurar a apresentação de propostas realistas, minimizar a necessidade de aditivos contratuais e promover a equidade entre



os concorrentes, uma vez que todos terão acesso às mesmas informações detalhadas sobre o local da obra.

Garantia da Contratação

3.21. Será exigida a garantia da contratação de quem tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de até 5%, nas condições descritas no Termo de Referência e nas cláusulas do contrato, considerando o valor estimado da contratação e por se tratar da execução de obras públicas.

Garantia da Proposta

3.22. A empresa licitante deverá apresentar, em cumprimento ao art. 58, § 1º da Lei 14.133/21, a garantia da proposta no limite de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

3.23. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21:

- a)** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b)** Seguro-garantia;
- c)** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d)** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

3.24. A garantia de proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data marcada para apresentação da proposta e será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme o caso.

3.25. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.



IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

As estimativas das quantidades para a presente contratação foram definidas com base nos levantamentos técnicos realizados pelo setor de engenharia do Município, considerando os projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, levantamentos topográficos, estudos hidrológicos e de drenagem, memórias de cálculo e demais documentos técnicos elaborados especificamente para atendimento das necessidades existentes nos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro, no Município de Bataguassu/MS.

Os quantitativos contemplam a execução completa da infraestrutura urbana necessária para garantir condições adequadas de mobilidade, acessibilidade, segurança viária e escoamento das águas pluviais, abrangendo serviços preliminares, terraplenagem, regularização e compactação de subleito, implantação de sistema de microdrenagem e macrodrenagem, execução de galerias pluviais, poços de visita, bocas de lobo, dispositivos de captação e condução de águas pluviais, bacia de amortecimento, pavimentação asfáltica em CBUQ, meios-fios, sarjetas, sinalização viária horizontal e vertical, passeios públicos acessíveis e demais serviços complementares necessários à completa execução da obra.

Os quantitativos referentes ao sistema de drenagem pluvial foram dimensionados com base nos estudos hidráulicos e de escoamento superficial elaborados para a área de intervenção, considerando as características topográficas dos bairros, o volume estimado de precipitação pluviométrica, a vazão de contribuição das vias contempladas e a necessidade de prevenção de alagamentos, erosões e danos à infraestrutura urbana existente.

No que se refere à pavimentação asfáltica, os quantitativos foram definidos a partir das áreas e extensões das vias contempladas nos projetos executivos, considerando os serviços de regularização do subleito, execução de base e sub-base, imprimação, pintura de ligação e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente



(CBUQ), observando os parâmetros técnicos exigidos para garantir durabilidade, desempenho e segurança da pavimentação implantada.

Conforme levantamento técnico realizado pelo setor de engenharia, destacam-se como parcelas de maior relevância quantitativa e operacional da obra:

- Aplicação de CBUQ: 2.276,66 toneladas;
- Execução de galerias de águas pluviais: 3.014,54 metros.

Também foram considerados os quantitativos necessários para execução de meios-fios, sarjetas, sinalização viária horizontal e vertical, passeios públicos com acessibilidade e dispositivos complementares, garantindo a funcionalidade integral da infraestrutura implantada e atendimento às normas técnicas vigentes.

As memórias de cálculo e documentos que dão suporte aos quantitativos estimados encontram-se consubstanciados nos projetos executivos, planilhas orçamentárias, composições de custos, cronograma físico-financeiro, memoriais descritivos, levantamentos topográficos e estudos técnicos elaborados pelo setor competente da Administração Municipal, bem como nos documentos vinculados ao Convênio de Despesa nº 2026TR00259, firmado junto à Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL.

A definição dos quantitativos buscou assegurar compatibilidade entre a necessidade da Administração Pública e a solução técnica adotada, evitando quantitativos insuficientes que comprometam a execução integral da obra, bem como excessos que possam gerar desperdício de recursos públicos.

Por se tratar de obra integrada e interdependente em suas etapas executivas, os quantitativos foram planejados de forma conjunta e compatibilizada, possibilitando economia de escala na mobilização de equipamentos, mão de obra, aquisição de insumos, logística operacional e execução simultânea dos serviços de drenagem e pavimentação, proporcionando maior eficiência técnica, operacional e econômica à contratação.



V. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Para atendimento da demanda de pavimentação asfáltica e implantação de sistema de drenagem de águas pluviais nos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro, foram analisadas as principais alternativas disponíveis no mercado, sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

Inicialmente, considerou-se a possibilidade de **execução direta dos serviços pela Administração Pública**. Contudo, tal alternativa mostra-se inviável, tendo em vista que o Município não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada, tampouco de maquinário, usinas de produção de massa asfáltica (CBUQ) e equipamentos específicos necessários à execução integral de obras dessa natureza e complexidade, especialmente no que se refere às etapas de terraplenagem, pavimentação e implantação de redes de drenagem pluvial.

Outra alternativa analisada foi a **execução parcial dos serviços por meio de contratações distintas** (por exemplo, separando pavimentação e drenagem). Entretanto, essa abordagem apresenta desvantagens relevantes, como aumento da complexidade na gestão contratual, maior risco de incompatibilidades técnicas entre as etapas, dificuldade de coordenação entre diferentes contratadas e potencial elevação de custos decorrentes de mobilizações múltiplas de equipes e equipamentos, além de prejuízos à eficiência e ao cronograma da obra.

Também se avaliou a adoção de **soluções alternativas de revestimento**, como pavimentação com blocos intertravados ou outras técnicas distintas do concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ). Todavia, tais soluções não se mostram mais vantajosas para o caso em análise, considerando o perfil de uso das vias e o fato de apresentarem, em regra, maior custo de implantação ou manutenção ao longo do ciclo de vida.

Diante desse cenário, a alternativa mais adequada, do ponto de vista técnico e econômico, consiste na **contratação de empresa especializada para execução integrada da obra de pavimentação asfáltica em CBUQ, associada à implantação**



completa do sistema de drenagem pluvial e sinalização viária, conforme previsto nos projetos executivos e no Memorial Descritivo.

Tal solução apresenta as seguintes vantagens:

- Especialização técnica: empresas do ramo possuem experiência comprovada, corpo técnico qualificado e domínio das normas técnicas aplicáveis;
- Disponibilidade de equipamentos e tecnologia: acesso a maquinário adequado e insumos de qualidade, garantindo melhor desempenho da obra;
- Economia de escala: execução integrada dos serviços reduz custos indiretos e otimiza recursos;
- Eficiência operacional: maior celeridade na execução, com melhor coordenação das etapas construtivas;
- Qualidade e durabilidade: adoção de soluções consagradas (CBUQ e sistemas de drenagem dimensionados tecnicamente) assegura maior vida útil da infraestrutura.

Ademais, conforme indicado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação de empresa especializada é a prática predominante no mercado para obras dessa natureza, sendo a solução que melhor atende ao interesse público, ao garantir equilíbrio entre custo, qualidade, prazo de execução e segurança técnica.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução integral da obra constitui a alternativa mais vantajosa para a Administração, assegurando a adequada solução do problema identificado e a efetiva melhoria da infraestrutura urbana nos bairros atendidos.

Por fim, quanto ao modo de se contratar a presente prestação de serviços, foram analisadas as diversas modalidades disponíveis na legislação, sendo mais adequada a realização de processo licitatório na modalidade concorrência, tendo em vista que se trata de obra de engenharia com valor estimado superior ao limite de dispensa de licitação.

Nesse sentido, a solução apresentada neste estudo é a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA**, com formalização de Contrato Administrativo, para a execução dos serviços referenciados, de acordo com o



Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.

O valor estimado da contratação é de **R\$ 10.786.008,28 (dez milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oito reais e vinte e oito centavos).**

A presente estimativa foi auferida com base na Planilha Orçamentária confeccionada pelo setor de engenharia, anexa ao processo.

O valor será financiado pela AGESUL, conforme convênio n. 2026TR002059 celebrado em 08/05/2026.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução de obra de infraestrutura urbana compreendendo serviços de pavimentação asfáltica e implantação de sistema de drenagem de águas pluviais em ruas dos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro, no Município de Bataguassu/MS, conforme projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo.

A solução contempla a execução completa dos serviços necessários à melhoria das condições de mobilidade urbana, acessibilidade, segurança viária e escoamento adequado das águas pluviais, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, regularização e compactação do subleito, execução de base e sub-base, implantação de galerias pluviais, poços de visita, bocas de lobo, dispositivos de drenagem, bacia de



amortecimento, pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), meios-fios, sarjetas, sinalização viária horizontal e vertical, passeios públicos acessíveis e demais serviços complementares necessários à plena funcionalidade da infraestrutura implantada.

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente normas da ABNT aplicáveis à pavimentação asfáltica, drenagem urbana, acessibilidade e construção civil, bem como especificações técnicas da AGESUL, referências do SINAPI, legislação ambiental, normas de segurança do trabalho e demais disposições aplicáveis ao objeto.

A execução da obra deverá ocorrer por empresa devidamente habilitada e com capacidade técnica compatível com a complexidade dos serviços, dispondo de responsável técnico legalmente habilitado junto ao CREA ou CAU, além de equipe operacional, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos adequados para execução dos serviços de terraplenagem, drenagem, compactação, transporte e aplicação de massa asfáltica.

Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e atender integralmente às especificações constantes nos projetos e memoriais descritivos, especialmente quanto aos materiais utilizados na pavimentação asfáltica em CBUQ, tubos e dispositivos de drenagem pluvial, concreto estrutural, meios-fios, sarjetas, sinalização viária e passeios acessíveis.

A contratada deverá observar integralmente as normas de segurança do trabalho e medicina ocupacional, promovendo a adequada sinalização, isolamento e organização das áreas durante toda a execução da obra, garantindo a segurança dos trabalhadores, usuários das vias públicas e terceiros.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração Municipal, podendo ser determinadas correções, adequações, paralisações ou refazimento de serviços executados em desconformidade com os projetos, especificações técnicas ou normas aplicáveis. A contratada deverá manter diário de obra atualizado e prestar todas as informações técnicas solicitadas pela fiscalização.



Quanto às exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica, a contratada será integralmente responsável pela qualidade, solidez, segurança, estabilidade e durabilidade dos serviços executados, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer vícios, defeitos, falhas ou irregularidades constatadas durante a execução da obra ou dentro do prazo legal de garantia, conforme previsto na legislação vigente.

A solução adotada apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a necessidade de execução integrada dos serviços de pavimentação e drenagem, proporcionando maior eficiência na execução contratual, durabilidade da infraestrutura urbana e melhoria permanente das condições de trafegabilidade, segurança e qualidade de vida da população dos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro.

Justificativa técnica para inversão das fases do procedimento licitatório

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, como regra geral, a inversão das fases do procedimento licitatório, com o julgamento das propostas antecedendo a fase de habilitação, conforme disposto no art. 17, caput, incisos III a V.

Todavia, o § 1º do referido dispositivo legal autoriza expressamente a adoção da ordem inversa, permitindo que a fase de habilitação anteceda o julgamento das propostas, desde que haja motivação técnica demonstrando os benefícios concretos da medida e previsão expressa no edital.

No caso da presente Concorrência Eletrônica, a adoção da habilitação prévia mostra-se plenamente justificável diante da complexidade técnica do objeto, do elevado vulto financeiro da contratação e dos relevantes riscos administrativos e financeiros inerentes à execução da obra pública.

•Do elevado vulto econômico da contratação e da relevância da obra para o Município

A presente contratação possui valor estimado de R\$ 10.786.008,28, representando empreendimento de grande impacto financeiro para a Administração



Municipal, envolvendo significativa aplicação de recursos públicos destinados à infraestrutura urbana.

A obra possui elevada relevância social e urbanística, uma vez que contempla serviços de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial em bairros residenciais do Município, visando melhorar as condições de mobilidade urbana, segurança viária, acessibilidade, salubridade e qualidade de vida da população local.

Além disso, obras dessa natureza possuem elevada sensibilidade operacional, pois eventual paralisação ou abandono ocasiona impactos diretos à coletividade, comprometendo vias públicas, drenagem urbana, trânsito, acessibilidade e segurança dos moradores.

Dessa forma, torna-se imprescindível assegurar, previamente à fase competitiva, que somente empresas efetivamente qualificadas participem do certame.

•Do risco de inexecução contratual e da necessidade de filtragem prévia de empresas sem capacidade operacional

A execução de obras de pavimentação e drenagem exige estrutura técnica, operacional e econômico-financeira robusta, envolvendo mobilização de equipamentos pesados, equipes técnicas especializadas, gestão de insumos, execução de galerias pluviais, terraplenagem, pavimentação e observância rigorosa às normas técnicas de engenharia.

A experiência administrativa demonstra que licitações de elevado valor econômico frequentemente atraem empresas sem capacidade efetiva de execução, que apresentam propostas excessivamente reduzidas sem possuir estrutura compatível para cumprimento do contrato.

A ausência de verificação prévia da habilitação pode ocasionar graves prejuízos à Administração Pública, tais como:

- a) paralisação da obra após o início da execução;
- b) abandono contratual por incapacidade financeira ou operacional da contratada;
- c) necessidade de rescisão contratual e realização de novo procedimento licitatório;



- d) deterioração das áreas parcialmente executadas;
- e) aumento dos custos administrativos e financeiros da obra;
- f) prejuízo à população beneficiária e comprometimento do planejamento urbano municipal;
- g) risco de perda de recursos vinculados e desequilíbrio do cronograma físico-financeiro.

A habilitação prévia permite afastar, logo no início do procedimento, empresas sem qualificação técnica adequada, sem regularidade fiscal ou trabalhista, sem capacidade econômico-financeira compatível ou sem experiência comprovada em obras similares.

• Dos benefícios concretos decorrentes da habilitação prévia

A adoção da inversão das fases proporciona benefícios concretos à Administração Pública, especialmente diante da magnitude da presente contratação.

Inicialmente, promove maior segurança jurídica e administrativa, garantindo que apenas licitantes efetivamente aptos participem da fase de julgamento das propostas e lances.

Também assegura maior proteção ao erário, reduzindo significativamente o risco de contratação de empresas sem capacidade de execução, circunstância especialmente relevante em obras de infraestrutura urbana de elevado valor econômico.

Além disso, a medida favorece a eficiência procedimental e a economicidade administrativa, evitando a análise detalhada de propostas apresentadas por empresas que seriam posteriormente inabilitadas.

A habilitação prévia também contribui para a continuidade e regularidade da execução contratual, reduzindo riscos de paralisação, atrasos injustificados e abandono de obra, situações que historicamente geram elevados prejuízos financeiros e sociais à Administração Pública.

Por fim, a medida encontra respaldo nas boas práticas de governança pública e gestão de riscos em contratações de engenharia de grande porte, estando alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, segurança jurídica e proteção do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.



Diante do exposto, justifica-se tecnicamente a adoção da inversão das fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, com a realização da fase de habilitação anteriormente ao julgamento das propostas, no âmbito da presente Concorrência Eletrônica, em razão do elevado vulto econômico da contratação, da complexidade técnica do objeto e da necessidade de mitigação dos riscos de inexecução contratual, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica e proteção do interesse público.

Justificativa da não participação de consórcio de empresas

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) e/ou balanço patrimonial é essencial para assegurar que a licitante se encontra em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato devido a questões econômicas adversas, como insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.



Qualificação Técnico-Operacional

A comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados ou certidões que evidenciem a realização de atividades similares em características, quantidade, prazo e complexidade tecnológica compatíveis com o objeto licitado, é indispensável para assegurar que a licitante possui experiência e capacidade técnica para executar o serviço licitado.

No caso específico das obras de pavimentação e infraestrutura urbana, tal requisito fundamenta-se na necessidade de garantir a entrega de um serviço que atenda aos padrões de qualidade e prazos esperados pela Administração Pública.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, § 1º do mesmo Art. 47, estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Para o projeto de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais, incluindo execução de guias, sarjetas e sinalização viária, a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos sistemas envolvidos. Os riscos associados à divisão do projeto podem superar os benefícios da competição ampliada devido às exigências técnicas específicas e interdependências entre as tarefas.

Considerando o caráter integrado dos serviços a serem prestados, a decisão é pela **NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO**. A justificativa baseia-se no potencial risco técnico e operacional que tal divisão implicaria, além de potencialmente elevar os custos de gestão e supervisão do contrato. Optou-se por manter o projeto como um contrato único para garantir a coerência na execução e a qualidade do resultado.

Esta decisão alinha-se aos preceitos do Artigo 47, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a gestão do contrato permaneça eficaz e que os objetivos de qualidade



e integridade do projeto sejam mantidos. A opção por não parcelar o objeto reflete uma abordagem cautelosa, que valoriza a entrega de uma infraestrutura de saúde robusta e durável para a comunidade.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A contratação da obra de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais nos bairros Residencial Novo Horizonte e Jardim São Pedro tem como objetivo proporcionar melhorias permanentes na infraestrutura urbana do Município, promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos e melhores condições de mobilidade, acessibilidade, segurança viária e qualidade de vida à população.

Em termos de economicidade, a execução integrada dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica possibilita maior racionalização dos custos operacionais, logísticos e administrativos, evitando contratações fragmentadas que poderiam gerar retrabalho, incompatibilidade entre etapas executivas, aumento de custos indiretos e maior tempo de execução da obra.

A solução adotada também contribui para redução de despesas futuras com manutenção corretiva das vias públicas, uma vez que a implantação adequada do sistema de drenagem pluvial minimiza a ocorrência de erosões, alagamentos, infiltrações e deterioração precoce da pavimentação, aumentando a durabilidade da infraestrutura implantada e reduzindo a necessidade de intervenções emergenciais pela Administração Municipal.

A contratação permitirá melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, especialmente em razão da utilização de recursos provenientes do Convênio de Despesa nº 2026TR00259, firmado junto à Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL, possibilitando a execução de obra estruturante de relevante interesse público mediante atuação conjunta entre Estado e Município.

Sob o aspecto operacional, a contratação de empresa especializada possibilita o adequado aproveitamento dos recursos humanos da Administração Pública,



considerando que o Município não dispõe de estrutura técnica, operacional, maquinário pesado, equipe especializada e capacidade logística suficientes para execução direta de obra dessa complexidade e porte.

A centralização da execução em uma única contratação integrada também favorece maior eficiência no gerenciamento, fiscalização e acompanhamento contratual, proporcionando melhor controle das etapas executivas, padronização técnica dos serviços e maior compatibilidade entre os sistemas de drenagem e pavimentação implantados.

Os resultados pretendidos incluem ainda a melhoria das condições de trafegabilidade e segurança das vias públicas, redução da emissão de poeira e formação de lama, valorização urbana e imobiliária das áreas contempladas, melhoria no acesso da população aos serviços públicos e diminuição dos impactos causados pelas águas pluviais sobre a infraestrutura urbana e propriedades particulares.

Além disso, espera-se maior eficiência na prestação de serviços públicos essenciais, tais como coleta de resíduos sólidos, transporte escolar, transporte de pacientes, atendimento de emergência e circulação de veículos oficiais, contribuindo diretamente para o desenvolvimento urbano e social do Município.

Dessa forma, a contratação mostra-se adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, promovendo melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Antes da celebração do contrato, a Administração Municipal deverá adotar um conjunto de providências com vistas a garantir a regularidade jurídica, técnica e operacional da contratação, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Tais medidas visam assegurar a adequada execução do objeto, o controle eficiente da aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das exigências legais e administrativas pertinentes.



As principais providências incluem:

- a) Análise jurídica e orçamentária do processo, com verificação da compatibilidade da despesa com o orçamento vigente e da legalidade da minuta contratual.
- b) Designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, com publicação de portarias específicas, em conformidade com os artigos 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.
- c) Atualização dos registros de planejamento e transparência, com publicação das informações no Portal da Transparência do Município e demais sistemas de controle interno e externo, garantindo o acesso público aos dados do procedimento.

Essas providências são essenciais para assegurar que o contrato seja celebrado com segurança jurídica, que a execução ocorra dentro dos parâmetros técnicos e legais previstos, e que a Administração atue de forma preventiva na mitigação de riscos contratuais.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O Processo Administrativo n. 072/25, Carona n. 02/2025, cujo objeto é a “contratação de pessoa jurídica para elaboração de projetos básicos e executivos de drenagem de águas pluviais, pavimentação, acessibilidade, sinalização viária, obras de arte especiais, revitalização de praças e implantação ou reforma de prédios públicos”, é uma contratação interdependente a esta, na medida em que a empresa contratada naquele processo é a responsável pela elaboração do projeto executivo da obra que se pretende contratar.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

Considerando que se trata de execução de obra de engenharia e que a Administração Municipal não dispõe de profissional técnico da área ambiental



(engenheiro ambiental ou similar) para realizar o levantamento de possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços e a definição de medidas mitigadoras adequadas, esta equipe de planejamento deixará de abordar este tópico no presente documento.

XIII. GERENCIAMENTO DE RISCO

Nº	Tipo de Risco	Descrição do risco	Alocação do Risco	Medida (mitigação)
1	PROJETO	Erros no projeto básico de engenharia elaborado pela CONTRATANTE e disponibilizado junto com o Edital.	Contratante	Cláusulas Contratuais: Alterações Contratuais, prazo.
2	ORÇAMENTO	Erros na estimativa de serviços, quantitativos e custo em processos licitatórios com planilha de orçamento com preços unitários.	Contratante	Cláusulas Contratuais: alterações contratuais, prazo.
3	ORÇAMENTO	Erros e omissões, na proposta apresentada pela CONTRATADA, na estimativa de serviços, quantitativos e custo em processos licitatórios com planilha de orçamento unitizada.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Não há previsão de reequilíbrio para este caso.
4	FUNDIÁRIO	Falta de frentes liberadas, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, que comprometam o cronograma da obra.	Contratante	Cláusulas contratuais: alterações contratuais, prazo
5	LEGAL	Interposição de ações judiciais contra a CONTRATADA e subcontratados por força da execução da obra.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções, garantias e responsabilidade civil.
6	LEGAL	Interposição de ações judiciais contra a Contratante por conta da realização da obra, em decorrência de fatores atribuíveis à CONTRATADA.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções, garantias e responsabilidade civil.
7	LEGAL	Rescisão ou anulação do Contrato por fatores atribuíveis à CONTRATADA.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções, garantias e responsabilidade civil.
8	LEGAL	Paralisação ou interferência na obra em virtude de fiscalizações por órgãos de controle ou ambientais, dentre outros, quando a CONTRATANTE der causa.	Contratante	Cláusulas Contratuais: Alterações Contratuais, prazo.
9	LEGAL	Paralisação ou interferência na obra em virtude de fiscalizações por órgãos de controle ou ambientais, dentre outros, quando a CONTRATADA der causa.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções e responsabilidade civil.
10	CRÉDITO	Atraso da entrega dos fornecedores, de materiais e equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções e garantias.
11	FINANCEIRO	Variação dos custos de insumos, mão de obra, materiais e equipamentos decorrentes de fatos supervenientes (pandemias, guerra, etc) ensejando alteração de custos.	Contratante	Cláusulas Contratuais: Alterações Contratuais, prazo.



12	LIQUIDEZ	Problemas de liquidez financeira da CONTRATADA ou de subcontratados, bem como declaração de falência ou recuperação judicial.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções e garantias.
13	CONSTRUÇÃO	Demora na mobilização inicial da CONTRATADA.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções e garantias.
14	CONSTRUÇÃO	Prejuízos, acidentes ou quaisquer danos causados pela CONTRATADA e/ou por subcontratados, a terceiros ou à CONTRATANTE.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções, garantias e responsabilidade civil.
15	CONSTRUÇÃO	Erros e defeitos na execução da obra ensejando reconstrução total ou parcial.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções, garantias e responsabilidade civil.
16	CONSTRUÇÃO	Eventos seguráveis caracterizados como caso fortuito ou força maior (Possível Seguro).	Contratada	Cláusulas Contratuais: Garantias.
17	CONSTRUÇÃO	Eventos NÃO seguráveis caracterizados como caso fortuito e força maior.	Contratante	Cláusulas Contratuais: Alteração Contratual.
18	CONSTRUÇÃO	Ocorrência de quaisquer outros eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos, devido a fatos imputáveis à CONTRATADA.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções, garantias e responsabilidade civil.
19	FORNECIMENTO	Não recebimento pela CONTRATANTE de materiais ou equipamentos fornecidos pela CONTRATADA.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções.
20	FORNECIMENTO	Perda ou perecimento de materiais ou problemas no fornecimento e/ou instalação dos equipamentos adquiridos pela CONTRATADA.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções e responsabilidade civil.
21	SEGURANÇA	Ato de vandalismo de empregados ou de terceiros que causem danos às instalações das obras e depredação, roubos e furtos de materiais e equipamentos na obra.	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções e responsabilidade civil.
22	SEGURANÇA	Ocorrência de acidentes de trabalho	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções, garantias e responsabilidade civil.
23	LICITAÇÃO	Vencedor da licitação ser incapaz de cumprir o contrato	Contratada	Cláusulas Contratuais: Sanções e garantia.

XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades e interesses da população, estando em conformidade com Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/25.



Bataguassu-MS, 22 de maio de 2026.

Elaboração:

Geovani Tavares Martim

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Kelson Luis Ascêncio

Diretor de Planejamento e Projetos de Obras
Decreto n. 015/2025

Aprovado por:

Eliane de Oliveira Souza

Secretária Municipal de Infraestrutura